



Crônica andina:
**uma crise
apenas
anunciada**

Maria Celina D'Araujo

*Doutora em Ciência Política,
pesquisadora do Cpdoc/FGV*

Simon Bolívar (1783-1830) sonhou com a Grã-Colômbia, uma poderosa nação na América do Sul reunindo o que hoje é Venezuela, Colômbia, Panamá e Equador. Em 1828, ainda no calor das guerras de independência, baixou o Decreto Orgânico da Ditadura, proclamando-se ditador e contrariando as demandas federalistas das oligarquias locais. Sua morte foi o fim do projeto. Nesse sentido, foi um perdedor. Na trilha de Bolívar, Hugo Chávez, presidente da República Bolivariana da Venezuela, sonha com uma América simbólica e politicamente unificada e para isso vale-se de seu talento histriônico e mediático.

De fato, o atual projeto bolivariano e socialista de solidariedade continental é muito mais antiamericano do que anti-sociedade de mercado. É mais pró-Chávez do que pró-América do Sul. Faz parte de estilos retóricos, retumbantes e exortativos, que vem marcando a política no continente desde fins do século passado, gerando líderes de vários tons e até mesmo o fenômeno Barack Obama nos Estados Unidos.

Chávez, um militar de baixa patente, de tradição golpista, que havia liderado um golpe contra o governo de Carlos Andrés Peres em 1992, chegou ao poder em 1999. Sua vitória eleitoral revestiu-se de um significado profundo na política venezuelana: representava o fim da partidocracia da AD e do

COPEI, partidos hegemônicos desde fins dos anos 1950. Como ocorreu com lideranças populares eleitas em outros países na mesma época, ele representava a força do novo.

Com a primeira eleição de Lula em 2002, a diplomacia do norte chegou a cunhar a expressão “eixo do mal”, referindo-se ao tripé Fidel-Chávez-Lula. A expansão de governos populares e nacionalistas, alguns radicais, continuou com a eleição de Evo Morales, na Bolívia, em 2005, a de Rafael Correa, no Equador, em 2006, e a de Daniel Ortega, na Nicarágua, em 2007. São todos governos que evidenciam o *empowerment* de um setor da sociedade antes mal ou pouco incorporado ao sistema político: indígenas, na Bolívia e no Equador; sindicatos, no Brasil; e ex-guerrilheiros, na Nicarágua.

Negociador

Embora na política doméstica a retórica e as posições petistas sejam freqüentemente favoráveis às posições do presidente venezuelano e das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), o presidente Lula, contudo, acabou se impondo, desde o início do seu mandato, como um negociador de confiança para a administração Bush e como o principal interlocutor do governo norte-americano na América do Sul.

Venezuela, Bolívia e Equador passaram a ser conhecidos

como países de alto risco político na América do Sul. A Colômbia, governada pelo moderado Álvaro Uribe, entra nesse rol em função da guerrilha das FARC que ali se estende desde 1964. Assim, por conta de problemas de natureza popular, ideológica e militar, são todos os países que têm passado recentemente por confrontos e protestos sociais, que geram inquietação no continente. São zonas de incerteza, embora cada país tenha presente os custos políticos e econômicos de uma ruptura constitucional.

Recentemente o potencial de conflito na região andina não veio da política doméstica, mas de tensões entre países. Na primeira semana de março de 2008, a região foi palco de uma tensão militar que povoou os noticiários internacionais. Na madrugada do dia primeiro de março, um sábado, tropas colombianas promoveram controversa operação militar contra as FARC em território equatoriano. Nesta operação morreram 17 guerrilheiros, entre eles Raúl Reyes, “número dois das FARC”, um tipo de “secretário das relações exteriores” da guerrilha. Foram apreendidos computadores pessoais e documentos que confirmariam a ligação das FARC com os governos da Venezuela e do Equador.

A violação do território equatoriano foi rapidamente confirmada e reconhecida por vários países, entre eles o Brasil. A Colômbia, pela voz de seu

Apesar do tom radical e imprevisível de alguns líderes, a região está comprometida com a manutenção da paz e da democracia

presidente, Álvaro Uribe, reconheceu a violação do território, mas reafirmou a necessidade da operação. Utilizou como argumento a resolução das Nações Unidas, redigida após o 11 de setembro de 2001, que obriga todos os países a lutarem contra o terrorismo. Na concepção colombiana, assim como na dos EUA e da União Européia, as FARC constituem um grupo terrorista ainda que isto não seja assim reconhecido pela ONU. Uribe, contudo, pediu desculpas pela violação do território, que não foram aceitas pelo presidente do Equador.

O presidente da Venezuela rapidamente entrou em cena. Aliou-se a Rafael Correa e tomou a dianteira das denúncias contra a Colômbia, acusando-a de fazer o jogo do imperialismo norte-americano. A voracidade e a rispidez do vocabulário indi-

cavam uma crise no continente, deixando transparecer posições irreduzíveis. A Venezuela fechou sua embaixada na Colômbia e Correa expulsou o embaixador colombiano de Quito. Chávez anunciou que promoveria boicote às importações da Colômbia o que afetaria, em muito, a economia dos dois países. Chávez e Correa avançaram com tropas para a fronteira com a Colômbia, que ali permaneceram por alguns dias. O presidente equatoriano percorreu países da região pedindo solidariedade. Alegava que combatia as FARC, que não as protegia, embora não as considerasse um grupo terrorista e sim um movimento insurgente. O governo colombiano ferira, segundo ele, a soberania do país, pois não teria o direito de adentrar suas fronteiras sem sua permissão. Afinal, era o presidente eleito do Equador. Se precisasse de ajuda para combater as FARC deveria ter pedido a seu governo. Solicitava que a Colômbia fosse condenada por isso. Uribe, por sua vez, anunciava que denunciaria Chávez perante o Tribunal Penal Internacional por “patrocinar e financiar genocidas”.

Em meio às tensões, a Organização dos Estados Americanos (OEA) convoca uma reunião extraordinária para discutir o assunto e no dia 5 de março reconhece que houve violação do território equatoriano, mas não condena a Colômbia. Uma resolução aprovada por unanimidade na ocasião esta-

belece que o governo colombiano violou a soberania e integridade territorial equatorianas ao atacar uma unidade das FARC dentro do país vizinho e estabelece a criação de uma comissão presidida pelo secretário-geral da OEA, José Miguel Insulza, integrada por cinco embaixadores a serem designados por ele. Esta comissão ficaria encarregada de visitar Equador e Colômbia, elaborar um informe a ser levado à reunião de consulta de ministros das Relações Exteriores que teria como tarefa propor fórmulas de pacificação e convivência entre ambas as partes.

No dia 7, durante a realização da 20ª Cúpula do Grupo Rio, em Santo Domingo, na República Dominicana, Uribe reafirma a necessidade da luta contra o terrorismo. Nesta ocasião, os presidentes do Equador, da Colômbia e da Venezuela, encerraram o conflito diplomático entre os três países com apertos de mãos e abraços. Felizmente, a montanha parira um rato. O Brasil teve um papel importante no episódio pela voz da diplomacia, buscando a construção de uma paz negociada e a Bolívia, estranhamente, não se manifestou.

Este é mais um episódio que embora inquietante acabou mostrando novidades positivas no continente. Uma delas foi a celeridade com que duas organizações internacionais se movimentaram para contornar a crise: OEA e o Grupo Rio. O conflito propagou-se com

rapidez em função da violência verbal, das medidas de ruptura diplomáticas e da movimentação de tropas. Da mesma forma, a negociação internacional foi rápida e eficaz. Vale refletir sobre isso.

Compromisso

Do ponto de vista da política externa, apesar do tom radical e imprevisível de alguns líderes, nunca a região esteve tão comprometida com a manutenção da paz e da democracia. Os tratados de cooperação econômica, como o do Mercosul, e as decisões dos países-membros do Grupo do Rio, têm cláusulas a esse respeito. Em julho de 1998, durante a tentativa de golpe no Paraguai, os países-membros do Mercosul, junto com Chile e Bolívia, membros associados, assinaram o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático, dispondo que o respeito à ordem constitucional e à democracia eram condições imprescindíveis para a manutenção dos países nesse bloco regional. Na mesma ocasião, foi lançado o documento intitulado Declaração Política do Mercosul através do qual os governos dos seis países-membros se prontificam a incentivar processos de cooperação regional em termos de defesa e segurança e a assegurar a paz como requisito para a existência do bloco. Outros documentos de organizações internacionais, no âmbito da

região, incluindo o Acordo de Livre-Comércio EUA-América Central (Cafta) e o Pacto Andino, insistem nesses princípios.

A Carta Democrática Interamericana, assinada em Lima, em 11 de setembro de 2001, também caminha nessa direção e vai mais além. Nela se lembra que os chefes de Estado e de governo das Américas, reunidos em Quebec em abril do mesmo ano, haviam estabelecido que qualquer alteração ou ruptura da ordem democrática, qualquer violação às constituições dos países-membros, constituiria um obstáculo “insuperável” para a participação do governo desse Estado nas Cumbres de las Américas. Deixa registrado ainda que o exercício efetivo da democracia representativa é a base dos regimes e do Estado de direito para os países-membros da OEA que deverão se pautar por respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, realização de eleições periódicas livres e justas e subordinação constitucional de todas as instituições do Estado à autoridade civil, legalmente constituída.

O artigo 20 da Carta fixa que em caso de um Estado membro sofrer uma alteração da ordem constitucional que afete seriamente a ordem democrática, qualquer Estado membro ou o Secretário-Geral da OEA pode solicitar a convocação imediata do Conselho Permanente para um exame coletivo da situação e adoção de medidas pertinentes.



Organização dos Estados Americanos (OEA)

Reunião extraordinária convocada para discutir o assunto. Presentes a Ministra das Relações Exteriores do Equador, María Isabel Salvador (à esquerda), e o embaixador colombiano Camilo Alfonso Ospina Bernal (à direita). Juan Manuel Herrera - OAS/OEA

20ª Cúpula do Grupo Rio

Na República Dominicana, os presidentes do Equador, da Colômbia e da Venezuela, encerraram o conflito diplomático entre os três países com apertos de mãos e abraços.



Hugo Chávez

anunciou que promoveria boicote às importações da Colômbia e avançou com tropas para a fronteira.

Fábio Rodrigues Pozzebom/ABr



Álvaro Uribe

reconheceu que tropas colombianas promoveram controversa operação militar contra as FARC em território equatoriano no dia primeiro de março.

Antonio Cruz/ABr

Rafael Correa

não aceitou o pedido de desculpas de Uribe e expulsou o embaixador colombiano de Quito.

Marcello Casal Jr/ABr



Celso Amorim

fala sobre a proposta brasileira feita à OEA para a criação de uma comissão que apure a ação militar da Colômbia.

Marcello Casal Jr/ABr

Vivemos tempos de crise de confiança entre países vizinhos, particularmente no que diz respeito ao combate à guerrilha

Estas posições são reafirmadas, em abril de 2002, na Declaração do Grupo do Rio sobre a Situação na Venezuela, depois do golpe que depôs o presidente Chávez e o deixou fora do poder por alguns dias. Aqui se reafirma o direito dos povos à democracia, a obrigação dos governos em promovê-la e defendê-la e se reconhece que a democracia representativa e o respeito à Constituição são indispensáveis para a paz e o desenvolvimento da região.

Os cinco encontros da Cúpula das Américas (Miami, 1994; Santiago do Chile, 1998; Quebec, 2001; Monterrey, 2004; Mar del Plata, 2005) reafirmaram praticamente a mesma agenda: desenvolvimento, democracia, integração econômica, direitos humanos, responsabili-

dade social, paz, medidas de confiança recíproca.

A Declaração de São Carlos sobre a cooperação hemisférica para enfrentar o terrorismo de maneira integral, de 24 de março de 2006, embora estabeleça critérios rigorosos para combater, punir e evitar o terrorismo fixa que tudo isso deve ser feito dentro do marco legal da governabilidade democrática.

Na América Latina, a democracia tornou-se moeda política e econômica. A OEA tem colaborado com a realização desses princípios enviando observadores aos países cujas eleições se dão em ambiente de desconfiança. Com esses tratados respeitados, as chances de um desenvolvimento democrático são grandes.

Em suas cláusulas democráticas, têm engessado os golpistas (Paraguai e Venezuela) e neutralizado rompantes agressivos de qualquer presidente ou movimento. Esses tratados, se cumpridos, serão um cordão sanitário a proteger a política local em sua versão democrática e pacífica, garantindo uma rota de desenvolvimento.

Antídotos

Esse ambiente internacional que oferece tantos espaços e ensejos de negociação tem neutralizado também a maneira pouco elegante, e por vezes violenta, com que alguns presidentes da região resolvem suas divergências ou tornam públicas suas posições. Ameniza ainda os constantes

pronunciamentos que apontam nítida ingerência de um país na política doméstica de seus vizinhos. É comum ouvirmos nos últimos anos presidentes de vários países, inclusive o do Brasil, expressando publicamente sua opinião pessoal sobre qual candidato deve ganhar as eleições na Bolívia ou na Argentina, por exemplo.

Se alguns líderes ficam menos atentos a seu papel e às suas responsabilidades de estadistas, os tratados internacionais protegem as sociedades e a paz. Vivemos tempos de crise de confiança entre países vizinhos, particularmente no que diz respeito ao combate à guerrilha. Colômbia não crê na cooperação da Venezuela e do Equador no combate às FARC, não há entendimento convergente sobre o significado desse movimento e, por sua vez, a presença norte-americana na Colômbia torna-se alvo de suspeitas de que seja uma ameaça à soberania regional e assim por diante.

Maiores as desconfianças, os desconfortos, os atritos e a instabilidade, maior é a necessidade de que os instrumentos internacionais funcionem com prontidão. Vivemos uma democracia tutelada não pelas armas nem pelo “império”, mas pelas agências regionais que têm funcionado como mecanismos de resolução de conflitos e de garantias democráticas. O golpismo e o desrespeito a essas convenções têm hoje altos custos de transgressão.